

COEXISTÊNCIA ENTRE O PASSADO E O FUTURO: TRANSFORMAÇÕES URBANO-ESTRATÉGICA DA PRAIA DO FORTE – BA

Ana Licks Almeida Silva¹
Marcia M. Couto Mello²
Joanna Lima de Almeida Milanez³

RESUMO

A Praia do Forte, localizada no litoral do município de Mata de São João, no Estado da Bahia – Brasil, se diferencia das demais localidades do seu entorno pelo seu potencial econômico e pelas transformações radicais no seu microterritório, que a tornaram um destino turístico, reconhecido nas rotas nacionais e internacionais. Pretende-se então, analisar como o planejamento urbano influenciou nas transformações socioespaciais, bem como no desenvolvimento da Praia do Forte, a partir da década de 1970, momento que se configura como um dos principais períodos de mudança para as dinâmicas territoriais, ambientais, sociais e culturais até então estabelecidas. Discutem-se tais aspectos pela análise crítica da lógica subjacente ao planejamento estratégico na produção da paisagem urbana que, associada à adoção de modelos de desenvolvimento exógenos, não permite a valorização das tradições e da identidade dos grupos locais. Como resultado foram identificados alguns conflitos e contradições estampados no território pela via da segregação socioespacial.

Palavras-chave: Praia do Forte; Transformações socioespaciais; Planejamento urbano.

CO-EXISTENCE BETWEEN THE PAST AND THE FUTURE: URBAN-STRATEGIC TRANSFORMATION IN PRAIA DO FORTE - BA

ABSTRACT

Praia do Forte, located on the coast of Mata de Sao Joao municipality, state of Bahia - Brazil, highlights from other neighbor location by its economic potential and for radical changing in its microterritory, making it a tourist destination recognized on national and international routes. It is intend to analyze how urban planning had influenced on socio-spatial transformations as well as the development of Praia do Forte, from the 1970s, which was one of the main changing periods of territorial, environmental, social, and cultural dynamics so far established. Those aspects are discussed through a logical and critical analysis underlieing the strategic planning in the urban landscape production combined with the adoption of exogenous development models that does not allow traditions valuating and identity of local groups. As a result, some territory conflicts and contradictions had been identified through socio-spatial segregation.

Keywords: Praia do Forte; Socio-spatial transformations; Urban planning.

JEL: R11, R14.

¹ Doutora em Saúde Pública (UFBA). Professora Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). ana.almeida@unifacs.br.

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA). Professora Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). mellomarcia@uol.com.br

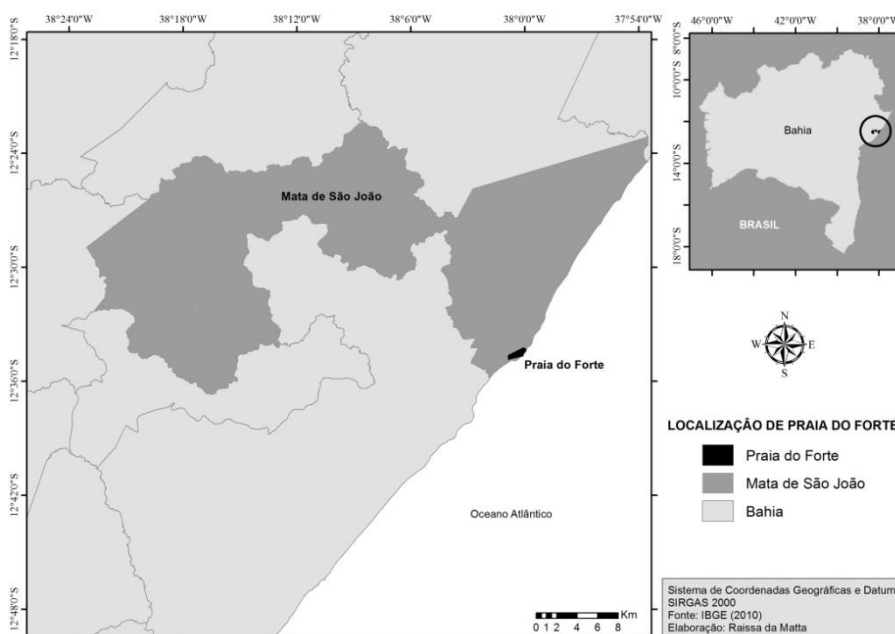
³ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). Coordenadora e Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC-Juazeiro). joanna.milanez@gmail.com.



1 O PASSADO QUE PERMEIA O PRESENTE

Distante 65 km da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, a Praia do Forte corresponde a um trecho da faixa litorânea do município de Mata de São João (Figura 1) e possui acesso direto pela rodovia BA – 099. Com uma área de 633,19 km² (IBGE, 2010) e uma população total de 40.183 habitantes (IBGE, 2010), Mata de São João faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Figura 1 - Localização do município de Mata de São João na Bahia e da Praia do Forte



Fonte: elaborado por Raíssa da Matta a partir de dados do IBGE, 2010.

Conforme relata Faria (2013), a história da área onde está inserida a Vila de Pescadores de Praia do Forte inicia-se em paralelo à colonização portuguesa no Brasil, no século XVI, especificamente com a chegada do primeiro Governador Geral à Bahia, Tomé de Sousa, acompanhado do então jovem Garcia D'Ávila, que, naquela época, desbravou o Litoral Norte do Estado da Bahia. Foi no microterritório atualmente conhecido como Praia do Forte onde, posteriormente, Garcia D'Ávila se estabeleceu, ampliando cada vez mais seus domínios territoriais.

Como pecuarista, Garcia D'Ávila negociava animais de tração, carne, leite e couro, auferindo lucros significativos. A Casa da Torre, também conhecida como Castelo Garcia D'Ávila (Figura 2), fortaleza do período colonial no Brasil, é um importante símbolo do poder e do luxo em que viviam os D'Ávila. Construído entre os

anos de 1563 e 1609, teve sua fachada alterada ao longo dos séculos, tanto pelas mãos humanas quanto pelos fatores ambientais. Atualmente, o prédio em ruína, representa o ícone arquitetônico da Praia do Forte (AMARAL, 2012; CALMON, 1983).

Figura 2 - Ruínas do Castelo Garcia D'Ávila



Fonte: Fotografia de Adenor Gondim (HOLANDA, 2012)

Vale realçar que desde o século XVI, a Praia do Forte passou por modificações significativas na sua paisagem enquanto se construía novas formas de acesso ao seu microterritório. O estabelecimento da atividade pecuarista abriu os primeiros caminhos que viriam a ser futuras estradas, e simultaneamente, iniciava-se o processo de destruição de grandes extensões de Mata Atlântica, vegetação nativa da região, agravado pela agricultura de subsistência, na segunda metade do século XVII (FARIA, 2013).

Até o início do século XX, o trecho de terras correspondente à Fazenda Praia do Forte teve vários proprietários, quando, em 1922, Otacílio Nunes de Souza comprou a Fazenda Praia do Forte e iniciou o cultivo do coco associado à pecuária extensiva (conforme consta no Decreto nº 59 de 18 de janeiro de 2013 do Município de Mata de São João). Em 1939, sua morte provocou um processo de decadência econômica da família, cercada de conflitos entre os herdeiros. Na década de 1970, a fazenda de Praia do Forte iniciou um processo de transformações radicais, quando foi vendida para o empresário paulista Klaus Peters.

O projeto de construção da rodovia BA-099 (trecho da Estrada do Coco, iniciado em 1976), foi de fundamental importância para o crescimento econômico do Litoral Norte da Bahia, com destaque para o desenvolvimento da atividade turística, subtraindo outras partes da Mata Atlântica e modificando definitivamente a paisagem

natural. A conclusão dessa rodovia (anos de 1990), possibilitou o rápido acesso a algumas localidades do Litoral Norte baiano, como a Praia do Forte, antes dificultado pela estrada “de chão” e pela inevitável travessia de balsa do Rio Pojuca (Figura 3).

Figura 3 - Travessia de Balsa no Rio Pojuca, década de 1960



Fonte: acervo Adriano Paes (FARIA, 2013).

Observa-se que a construção do segundo trecho da rodovia BA-099 (Linha Verde), conectando os limites da Praia do Forte à divisa do estado de Sergipe, se constituiu como um importante indutor para o avanço da ocupação territorial naquela região, contudo, essa rodovia levou consigo a degradação da vegetação nativa com a rápida ocupação do solo e a expansão de redes hoteleiras, a despeito da delimitação das Áreas de Proteção Ambiental (APA).

2 A ERA PETERS E A CRIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA: PRIMEIRO PASSO PARA O FUTURO

Descendente de alemães, Wilhelm Hermann Klaus Peters (1927- 2011) nasceu na cidade de São Paulo. Conhecido por ser um empresário bem-sucedido, nos anos de 1970, comprou as terras no Litoral Norte da Bahia que incluíam as fazendas de Praia do Forte, Camarujipe, Covão e Passagem Grande. Encantado com as belezas naturais e a diversidade da fauna e flora, além do rico patrimônio cultural e histórico com potencial para comportar a atividade turística, o empresário vislumbrou para a Praia do Forte um projeto que abrangesse todos esses elementos a partir do turismo ecológico.

A estratégia de adoção do discurso pautado na sustentabilidade e na preservação ambiental funcionou como um forte apelo de *marketing* na divulgação do

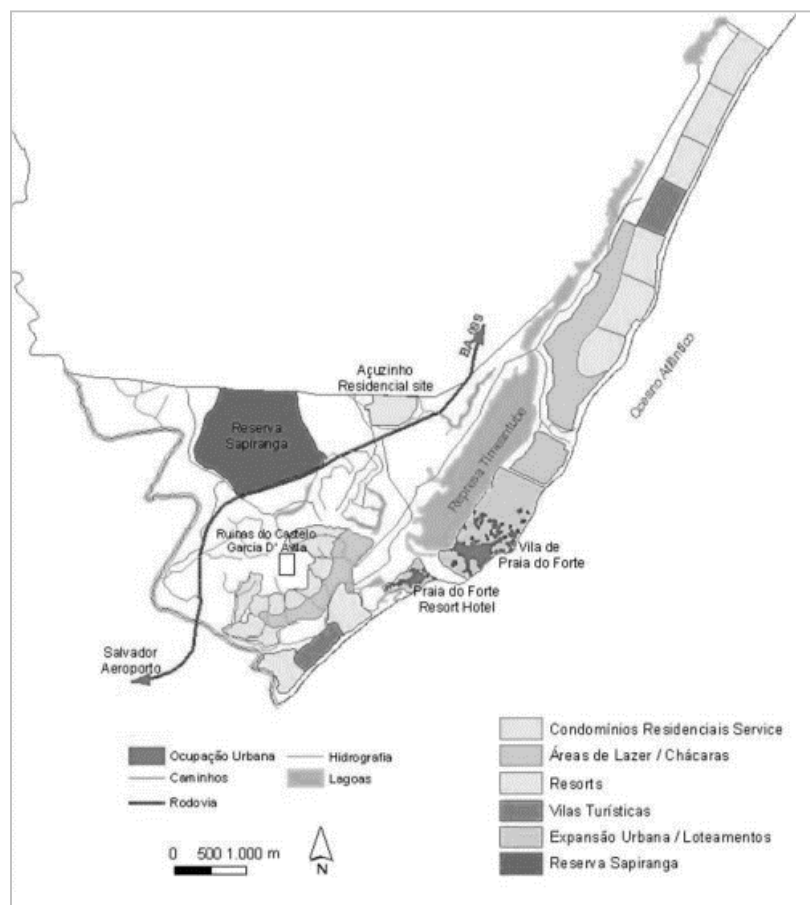
seu projeto a partir de 1970, quando “Praia do Forte passou a constar em todos os programas de planos de desenvolvimento recreativo e turísticos do Estado” (SOBRINHO, 1998, p. 35).

Uma das primeiras medidas adotadas por Peters foi a doação da Vila de Pescadores à municipalidade. Em seguida, veio a divisão de parte do espaço em loteamentos, a criação de um Plano Diretor específico e o projeto de um Parque Ecológico, feito em parceria com o arquiteto Wilson Reis Netto.

No início da década de 1990, foi criado o *Master Plan*: assinado pelos especialistas Firmo Azevedo e Carl von Hauenschild⁴ da empresa Urbanização, Planejamento e Arquitetura – URPLAN, cujo principal objetivo seria “ordenar o território da Fazenda Praia do Forte, para a implantação de hotéis, *resorts*, pousadas, grandes condomínios, residências e demais equipamentos turísticos” (SANTOS, 2013, p. 159).

O *Master Plan* (Figura 4) se desenvolvera ao longo da represa Timeantube, acompanhando a costa atlântica. As áreas de lazer e moradia (chácaras e loteamentos) seriam implantadas no entorno das vilas turísticas, no intuito de descentralizar e dispersar os visitantes, criando fluxos diluídos de forma a manter a dinâmica na vila original sem alterações significativas. Essas localidades disporiam de todo aparato de serviços e comércio para atender as necessidades dos veranistas e turistas.

⁴ Informações obtidas a partir de entrevista gentilmente cedida pelo arquiteto e urbanista Carl von Hauenschild, especificamente para esta pesquisa, em 12 de fevereiro de 2018.

Figura 4 - *Master Plan* da Praia do Forte

Fonte: elaborado pela URPLAN, entre 1992-94⁵ (SANTOS, 2011).

De acordo com o *Master Plan*, as intervenções para redefinir o território e delimitar os futuros parcelamentos seriam feitas em duas etapas. A primeira delas, ocorreria na porção oeste e norte, compreendia a instalação de 10 hotéis, parques, áreas residenciais, campos de golfe, vila turística, além de equipamentos náuticos e um pequeno centro comercial. Já a área mais ao Sul, seria ocupada posteriormente, com a implantação de hotéis, resorts e um centro de convenções (SANTOS, 2006).

A maioria dos lotes foram comercializados entre os anos 1970-1980, atingindo uma clientela de alto poder aquisitivo que se comprometia a obedecer as regras urbanísticas e regulamentações construtivas, atendendo a parâmetros técnicos e estéticos predeterminados no *Master Plan* (SOBRINHO, 1998). Atualmente, essas regras restritivas ainda são anexadas ao contrato de compra e venda dos lotes,

⁵ A figura 4 (Master Plan), retirada de Santos (2011), não foi alterada para esta pesquisa e cabe ressaltar que foi detectado um erro na forma de indicar o Norte.

embora já se aceite algumas alterações, especialmente em relação ao uso de materiais construtivos e de acabamento das fachadas, como alternativas à alvenaria e à madeira que constam nas orientações originais, especialmente na parte estrutural das edificações. Entretanto, é necessário que se atenda a requisitos estéticos, a despeito da subjetividade contida nessa premissa.

As medidas impostas pelo *Master Plan* foram aplicadas em Praia do Forte antes da pavimentação das ruas e alamedas e da devida iluminação pública, o que para Spinola (1996), possibilitava a manutenção do aspecto primitivo da localidade sugerindo aos turistas, notadamente os estrangeiros, a imagem de uma legítima vila de pescadores, intocada ou muito pouco impactada pelo meio antrópico.

O projeto de intervenção urbanística que incluiu o calçamento das principais ruas e da iluminação pública em Praia do Forte foi elaborado, no ano de 1998, pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) em consonância com a política de turismo desenvolvida pelo Governo do Estado, através do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR – BA), que tinha como finalidade proporcionar a ampliação e a melhoria da infraestrutura básica nas áreas turísticas do Estado. Em um primeiro momento, esse projeto beneficiou somente as principais vias da Vila de Pescadores da Praia do Forte, como Rua da Aurora, Alameda do Sol e Alameda da Lua, locais com maior fluxo de turistas e concentração de lojas e serviços voltados a um público elitizado, indicando, claramente, que essas melhorias tinham o intuito de trazer as benesses da civilidade, agregando valor ao local, visando torná-lo mais competitivo como destino turístico internacional.

Observa-se que simultaneamente ao desenvolvimento local, um processo de segregação associado à destruição e desagregação dos antigos territórios e do meio ambiente eram deflagrados pelo planejamento que visava atender as demandas dos investidores dos segmentos turístico, hoteleiro e imobiliário, o qual se deu de maneira vertical e autoritária, obstruindo toda e qualquer forma de participação de outros atores sociais da Praia do Forte.

3 O PLANEJAMENTO URBANO E AS ALTERAÇÕES NOS MODOS DE VIVER

Desde quando se estabeleceu como roteiro turístico exitoso, a Praia do Forte passou por intensas transformações urbanas e ambientais que intensificaram “os processos de segregação espacial, econômica e social, ocorridos em função de impactos gerados pelo fluxo de capital orientado por ocupações hoteleiras, pela especulação imobiliária e pelo incremento de comércios e serviços” (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 1).

Atualmente, a economia da Praia do Forte é baseada no turismo. O comércio e os serviços disponíveis na Vila dão suporte a essa atividade através das lojas de artesanato, sorveterias, bares e restaurantes além dos *resorts*, hotéis, albergues e pousadas. Tudo o que é pensado pelos setores público e privado visa enaltecer a atividade turística realizada naquele microterritório, incluindo intervenções urbanísticas e eventos (MELQUIADES; BRAGA, 2005).

As poucas atividades tradicionais, que ainda se mantêm por conta dos moradores originais, são importantes somente para os moradores da vila e não mais se configuram como elemento fundamental para a economia da Praia do Forte, embora sejam referência para divulgar aquele destino nos roteiros turísticos. Entre essas atividades, que também ocorrem em outras localidades do Litoral Norte, destacam-se: a pesca; o artesanato de piaçava; o cultivo da mandioca para venda de farinha e para o processamento da tapioca (Figura 5) além da venda de cocadas e de outras comidas típicas baianas que auxiliam no sustento de algumas famílias negativamente impactadas pelas ações dos poderes hegemônicos. Entre as manifestações culturais da vila da Praia do Forte, ainda se observa alguma originalidade no samba de roda (Figura 6), na capoeira, na participação dos moradores locais fantasiados de caretas ou integrando os bloquinhos de carnaval, além das quadrilhas juninas e das festas religiosas.

Figuras 5 e 6 – produção da farinha de mandioca e samba de roda



Fonte: acervo Gabriella Faria (FARIA, 2013).

A cultura local contribui para a manutenção da identidade coletiva mesmo com os impactos no modo de vida da antiga vila de pescadores que, ao longo dos últimos 40 anos, passou a se descaracterizar em relação ao modo de vida tradicional daquela comunidade (SILVA; MELLO; MILANEZ, 2017).

Com a adaptação de alguns costumes, valores e tradições, e a extinção de tantos outros, bem como a adoção de novas formas de viver, algumas expressões culturais resistem no território, ainda que na forma de microações em microterritórios, respaldados no modelo da vida urbana contemporânea. Entretanto, é preciso lembrar que embora essas manifestações se constituam como forma de resistência – uma tentativa de reconhecimento de si próprio, a subversão da tradição pelo capital, transformando-a em objeto de consumo, acaba por provocar uma fragmentação identitária que as microrepresentações não seriam capazes de debelar. Assim as tradições e os valores coletivos, esvaziados de conteúdo, perdem sua força e características agregadoras, a despeito da permanência da forma, perpetuada “para inglês ver” (SILVA; MELLO; MILANEZ, 2017).

Contudo, a Praia do Forte ainda conta com uma série de eventos que acontecem durante todo o ano, como *shows*, competições esportivas e semanas gastronômicas organizadas por instituições atreladas ao comércio e turismo, voltadas para o público externo, visando atrair movimentação para o setor hoteleiro, especialmente nas épocas de baixa estação.

Considerado o maior polo de desenvolvimento turístico da Bahia, os investimentos feitos no turismo e no comércio do município do Mata de São João

propiciaram a supervalorização imobiliária na Praia do Forte, promovendo a expulsão de antigos moradores que sucumbiram aos imperativos capitalistas perpetrando, dessa forma, um genuíno processo de gentrificação. Inicialmente, as casas, ou parte delas, foram locadas como fonte de renda alternativa, que gerou interferências na arquitetura vernacular ao adaptá-las ao padrão contemporâneo que atendessem as demandas de consumo (Figura 7) (SILVA; FARIA; MELLO, 2013; SOUZA; BRAGA, 2005).

Figura 7 - Mesmo imóvel com usos diferentes: comercial (lojas) e residencial (portão azul).



Fonte: acervo das autoras (2018).

Enquanto crescia a procura por pontos comerciais para o comércio de “produtos de marca”, a comercialização do artesanato local foi retirada das vias principais da vila e confinada a um espaço reservado para essa atividade. Inaugurado em dezembro de 2015, pela Prefeitura de Mata de São João, o Centro de Artesanato de Praia do Forte (Figura 8), tem por objetivo ser um local aprazível para o turista fazer suas compras e dedicado exclusivamente a esses artesãos. Localizado na Rua dos Bem-vindos, o espaço conta com 54 boxes, onde os artesãos contemplados expõem seus produtos. Contudo, ressalta-se que o espaço não é suficiente para atender a maior parte dos artesãos da Praia do Forte e do litoral de Mata de São João – aproximadamente 500 pessoas segundo a Associação de Artesãos.

Figura 8 - Centro de Artesanato na Praia do Forte.



Fonte: acervo das autoras (2018).

Grande parte dos artesãos foi contra a construção deste centro por não concordarem com a sua localização e com o espaço disponibilizado. Alguns dos que não se conformaram e/ou não tiveram um box disponível no Centro de Artesanato, continuam a vender suas mercadorias na principal via da vila (Figura 9), com autorização da Prefeitura de Mata de São João.

Figura 9 – Comércio de artesanato na Praça São Francisco



Fonte: acervo das autoras (2017).

A população local é também representada pela Associação São Francisco de Assis de Pescadores e Moradores da Praia do Forte (Figura 10), criada em 11 de novembro de 1972, cujo propósito é promover a articulação entre os moradores da vila e as demais instituições ali presentes. Em paralelo, a Colônia de Pescadores (Figura 11),

com cerca de 280 associados, é responsável por reivindicar e proteger os direitos dos pescadores do litoral matense. Cerca de 60% desse total corresponde a pescadores que estão trabalhando e os demais estão aposentados ou afastados, de acordo com informações obtidas *in loco*.

Figuras 10 e 11 – Associação de Moradores e a Colônia e peixaria dos Pescadores



Fonte: acervo das autoras (2017).

Essas associações encontram dificuldades de atuação, especialmente a Colônia de Pescadores, cujos integrantes não se inserem na paisagem cotidiana da vila. De maneira geral, na Praia do Forte, a pesca artesanal passou a ser uma atividade de pouca importância social e econômica. Para as novas gerações, a pesca não representa uma alternativa, já que perdeu seu significado simbólico quando associada à tradição, identidade e pertencimento da comunidade local. Segundo Santos (2013), o acesso à educação e às redes sociais, conciliados a exploração da economia turística, impactou radicalmente na estrutura, nas tradições e no tecido cultural agora, esgarçado pelos apelos contemporâneos do consumo capitalista.

A fragilidade dos laços identitários e de pertencimento, ao tempo que é reconhecido como um dos efeitos colaterais da inserção da economia capitalista em comunidades tradicionais, abre, simultaneamente, espaço para o espraiamento desse “processo de colonização”, promovido pelo capital contemporâneo, contribuindo para esse esgarçamento do tecido social.

Segundo Mello, Silva e Faria (2016, p. 9),

[...] as transformações ocorridas na paisagem urbana de Praia do Forte, repleta de *mega-resorts* e condomínios residenciais voltados para atender a demanda de um mercado global acabam por causar

um estranhamento, frente a descaracterização que lentamente sofreu o ambiente urbano naquela localidade.

A vulnerabilidade dos laços, mesmo entre lideranças favorece a minoria elitizada que coordena as mais diversas atividades e intervenções urbanas no local associadas a marcas e grandes empresas que constroem um cenário favorável para o turismo na Praia do Forte.

Relações de natureza assimétrica, que envolvem esferas de poder desiguais acabam por vulnerabilizar “a(s) forma(s) de resistência daqueles que são atingidos mais fortemente pela opressão muitas vezes implica negociar suas identidades e culturas [...]” (ENNE; DUTRA, 2016, p. 1). No caso de territórios onde a cultura local é explorada como um diferencial de forte potencial turístico, o risco de homogeneização sociocultural, econômica e espacial é potencializado, principalmente pelas intervenções urbanísticas exógenas que desconsideram os modos de vida tradicionais, bem como as atividades produtivas, estruturas familiares e manifestações culturais.

4 A RECONFIGURAÇÃO URBANO-ESTRATÉGICA E O FUTURO DA PRAIA DO FORTE – BA

Na Praia do Forte, a celeridade nas mudanças das suas características socioeconômicas, territoriais e culturais através do planejamento estratégico e urbano, criou novas delimitações quando inaugurou uma nova estética urbana com a presença de estilos arquitetônicos coevos, aliado a uma estética estrangeira que estimulou o surgimento de espaços de micro resistência, segregados no contexto urbano, onde se manifestam paisagens culturais e modos de viver diversos.

Para os moradores mais antigos e mais idosos, as relações com o espaço da vila se traduzem mais por rupturas do que permanências, dadas pela chegada do “progresso”.

A organização espacial e social foi metamorfoseada e resignificada. As interações com o ambiente já não se dão da mesma forma e muito da natureza foi plasmado; os espaços de socialização foram transformados e apropriados por uma outra gente; as casas se transfiguraram com a inserção do aluguel como meio de capitalização; as manifestações culturais foram descaracterizadas e folclorizadas para o consumo turístico. Percebe-se que o modo de vida local passou por um processo

de “colonização” ao perder suas características originais e naturalizar modos forasteiros.

Existem micro resistências na Praia do Forte, mas elas não estão organizadas de uma forma que possam atuar conjuntamente ou com maior representatividade, estão soltas, individualizadas e fragmentadas. Essas forças invisíveis emergem como uma resistência cenarizada na vila, como um último suspiro desse tempo que ficou para trás e que representa as raízes da Praia do Forte.

Um movimento que segue em curso com o processo de cooptação, camuflado pela gentileza e civilidade, que só se faz possível quando não há garantias de autonomia, acesso à informação ou uma identidade coletiva que garanta a legitimidade dos pontos de vista e interesses comuns (SILVA; MACHADO; SIQUEIRA, 2009). Isso significa que a vulnerabilização sociocultural provocada pelas transformações ali impostas, o enfraquecimento do tecido social e conseqüentemente da identidade coletiva, associado ao esvaziamento das lideranças locais propiciaram o desempoderamento dessa comunidade que passou a ser tutelada pelo poder hegemônico do capital.

A despeito da falta de dados mais precisos entre os anos de 1970-2017, como escolaridade e renda dessa população, é possível verificar que as melhorias ocorridas em Praia do Forte nesse período propiciaram desenvolvimento no campo econômico e social. Contudo, o planejamento estratégico e urbano ali ensejado embora tenha resultado em um lucro intencional para o setor empresarial e em tributos para o município, reverberou de forma acidental para a população local.

A despeito dos equipamentos urbanos e serviços públicos implantados como suporte para os empreendimentos turísticos ali construídos, foi assegurado um melhor atendimento à população local com os investimentos feitos pelo município nos setores de saúde, educação e segurança. A condição de vida melhorou com esses serviços e houve um aumento nos postos de trabalho com o advento do comércio, dos hotéis e pousadas.

Conforme constatam Souza e Braga (2005), malgrado a atividade turística, a concentração de renda permaneceu inalterada e não contribuiu significativamente para redução da pobreza e da vulnerabilidade social em Mata de São João, que apresentava 22 áreas de extrema pobreza segundo a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, em 2004 (SOUZA; BRAGA, 2005) e apenas 31,8% da

população estava ocupada em 2017 (IBGE, 2019). O percentual da população com rendimento mensal per capita de até 1/2 salário mínimo era de 44,7% (IBGE, 2019).

A arrecadação de tributos em Praia do Forte representa, aproximadamente, a metade da arrecadação tributária do seu município, isso é, dos 68 milhões de reais que a prefeitura arrecadou em tributos, em 2017, mais de R\$ 31 milhões saíram da Praia do Forte, segundo a Secretaria de Administração e Finanças de Mata de São João, conforme se constata no estudo feito pela Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Mata de São João, em janeiro de 2018 (Figura 12).

Figura 12 – Estudo da Secretaria de Administração e Finanças da PMSJ em janeiro de 2018

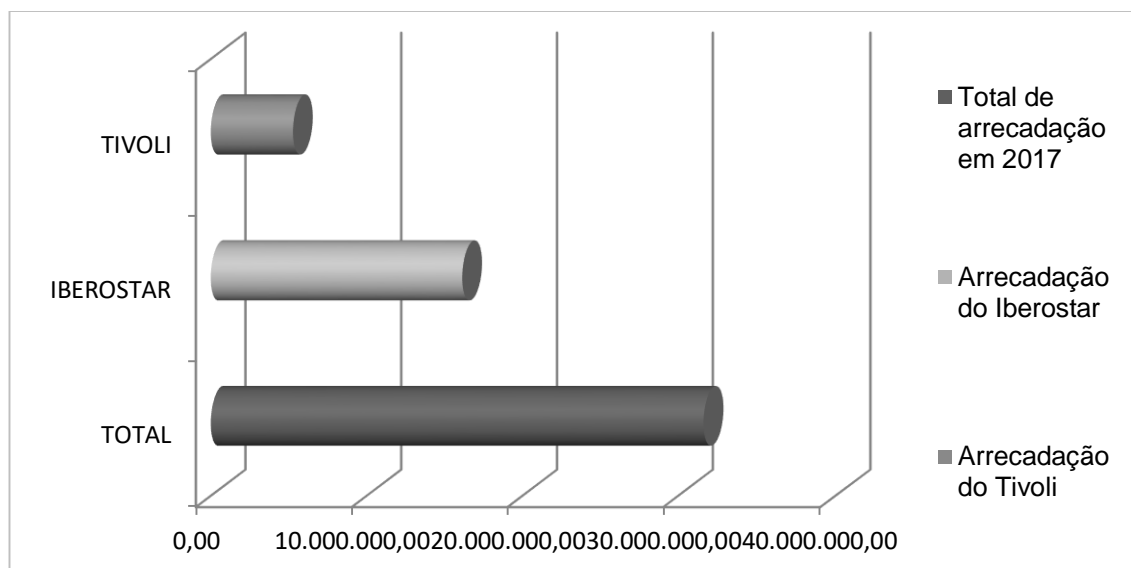
ESTUDO PRAIA DO FORTE	
VALORES APROXIMADOS	
TOTAL DE ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA	R\$ 68.000.000,00
TOTAL DE ARRECAÇÃO PRAIA DO FORTE	R\$ 31.631.834,94
% DE ARRECAÇÃO APROXIMADO	46,52%
TOTAL ESTIMADO DE MUNICÍPIOS (TER/2016 1.941 VOTANTES + 531 ALUNOS MATRICULADOS EM 2017 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS)	
	2472
PIB PER CAPITA (RECEITA TRIBUTÁRIA)	R\$ 12.796,05
IBEROSTAR	
TOTAL DE ARRECAÇÃO PRAIA DO FORTE	R\$ 31.631.834,94
TOTAL DE ARRECAÇÃO IBEROSTAR *	R\$ 16.142.620,30
% DE ARRECAÇÃO APROXIMADO	51,03%
* IPTU, ISS E TAXAS MUNICIPAIS	
TIVOLI (POJUÇA S/A)	
TOTAL DE ARRECAÇÃO PRAIA DO FORTE	R\$ 31.631.834,94
TOTAL DE ARRECAÇÃO TIVOLI **	R\$ 5.277.421,50
% DE ARRECAÇÃO APROXIMADO	16,68%
** IPTU, ISS E TAXAS MUNICIPAIS	
VALOR APROXIMADO DE ARRECAÇÃO EM PRAIA DO FORTE	
IPTU	R\$ 9.079.436,44
ITIV	3.424.203,01
ISSQN	R\$ 18.283.620,04
TAXAS MUNICIPAIS	R\$ 844.575,45
TOTAL	R\$ 31.631.834,94

Fonte: Documento cedido pela Prefeitura de Mata de São João. Acervo das autoras.

Conforme a Figura 13, o total de arrecadação tributária da Praia do Forte em 2017 foi de R\$ 31.631.834,94, incluindo todas as taxas municipais como também o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano e o ISS - Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza. Somente no referido ano, o Iberostar Praia do Forte arrecadou mais de 16

milhões de reais enquanto que o Tivoli Eco Resort trouxe para os cofres públicos pouco mais de 5 milhões de reais.

Figura 13 - Gráfico da arrecadação de tributos dos resorts na Praia do Forte (em milhões)



Fonte: elaboração das autoras a partir dos dados da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura de Mata de São João (Figura 12).

Todavia, a Praia do Forte representa também, segundo a Secretaria de Administração e Finanças, a maior despesa para a prefeitura por conta das demandas em relação ao turismo. Na prática, Praia do Forte se configurou como uma espécie de polo do litoral matense, onde se encontram os principais serviços como caixas eletrônicos, correio, lojas, cartório, lotérica, posto de saúde, assim como também reúne as associações dos artesãos e pescadores, que abraçam os trabalhadores das respectivas profissões e que residem por todo este litoral. Todavia, são poucos os jovens e adultos assimilados por esse mercado de trabalho, face a falta de investimentos na capacitação profissional. Parte desse contingente populacional acaba absorvido pela demanda criada com veranistas e visitantes no que diz respeito aos serviços domésticos ou até mesmo como ambulantes.

A barganha entre o poder público e a iniciativa privada aparece mediada pelo capital, isto é, uma visão do empresariado de que os impostos pagos devem retornar em forma de benfeitorias que contribuam e agreguem valor aos investimentos ali

realizados. Na 4ª reunião do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR⁶, era patente a posição de parte do empresariado que a força das empresas privadas é o elemento mantenedor da Praia do Forte, independentemente do poder público.

O desequilíbrio ecológico e a precarização enquanto efeitos colaterais da atividade turística são imperceptíveis pelo segmento empresarial ou é visto como um efeito inevitável e pelo quais não seriam responsáveis. Dessa forma, é possível afirmar que “a dimensão econômica predomina nas diferentes formas de uso e apropriação do solo, balizadas por um mercado de terras que cresce de forma acelerada, criando um contexto fundiário tenso e conflituoso” (MELLO; SILVA; FARIA, 2016, p. 4). O parcelamento do solo continua a em função dos novos condomínios residenciais que devem ser implantados, assim como outros equipamentos como hotéis ou áreas de lazer.

Embora haja uma lógica de ocupação (*Master Plan*) que continua seletiva, ela vem promovendo a densificação, com a reunião de casas e *villages* em um único empreendimento por exemplo, e que, conseqüentemente, poderá trazer aumento da poluição, saturação da rede de saneamento e abastecimento de água, dentre outros.

Contudo, adentrar na Praia do Forte tem um apelo simbólico inegável, que é favorecido e disseminado pela mídia criada pelos empreendimentos ali localizados, para atrair o visitante pela possibilidade de experimentar um ambiente paradisíaco. Iludidos pela paisagem urbana construída para esse fim, o visitante contempla o que lhe alcança os olhos, mas passa ao largo das diferenças socioambientais e culturais que se escondem nas vielas e becos que mostram uma realidade distinta, cujos moradores não participam ou recebem os frutos desse desenvolvimento. Souza e Braga (2005) colocam em xeque o potencial de desenvolvimento de um modelo que combina alto custo com baixo retorno social.

⁶ O COMTUR é um conselho deliberativo que conta com a participação da Secretaria de Turismo da Prefeitura de Mata de São João, a Turisforte e representantes dos hotéis e pousadas da Praia do Forte. Na ocasião da 4ª reunião (nov/2017), não havia nenhum representante das Associações dos Pescadores, Artesãos ou de Moradores da vila. Um movimento capitaneado pelos empresários, tem como propósito a criação de uma taxa - Contribuição Voluntária do Turismo Sustentável - CVTS, no valor inicial de dois reais, a ser incluída na diária dos hotéis, para suprir necessidades que entendem como indispensáveis para o turismo e para o meio ambiente na Praia do Forte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento socioeconômico aconteceu com a intenção de promover a atividade turística em benefício de um público seletivo e indiretamente elevou a qualidade de vida da população local em alguns aspectos, como o acesso a saúde e educação, mas trouxe a reboque problemas de outra ordem, até então ignorados, como o esgarçamento do tecido social e o enfraquecimento das tradições culturais.

Uma narrativa simbólica, criada pelo marketing e vendida pela mídia, é orientada de forma a exacerbar os sentidos do visitante e criar-lhe o desejo de alcançar a tranquilidade e a segurança oferecidas por aquele “paraíso”, aliando tal imagem à singularidade da comunidade pesqueira com praias e natureza exuberante, sem esquecer as comodidades e mimos da contemporaneidade, inseridas nas exigências de consumo visando atender às necessidades da atividade turística.

A falta de articulação das lideranças locais e da própria comunidade de moradores reafirma a condição de vulnerabilidade e fragilidade desse grupo social, semelhantes a outras comunidades tradicionais colonizadas pelo empreendedorismo capitalista. Sem identidade própria, sucumbem aos anseios do consumo e se tornam incapazes de decidir seus destinos através de reivindicações ante os poderes hegemônicos que tendem a dominar os espaços na Praia do Forte.

Esse equilíbrio de força, entretanto, perpassa obrigatoriamente pelo empoderamento. Tais esforços seriam relevantes, principalmente no que se refere à valorização das atividades tradicionais e manifestações culturais; à saúde; à educação e à capacitação/qualificação de jovens e adultos que estão no mercado de trabalho.

A criação de centros culturais ou museus para o resgate da memória local são alternativas que podem ajudar os moradores da vila nesse despertar, inclusive para manter minimamente coesa a identidade de uma população que ainda possui um profundo desejo por si mesma, podendo promover a reconstrução da identidade coletiva ou ainda uma releitura das manifestações socioculturais adaptada as condições atuais contendo, assim, o processo de aculturação. Todavia, tais instalações ou releituras não irão resolver as questões aqui debatidas se esta população não se atentar para o que está adormecido a respeito da gestão do território da Praia do Forte.

A figura de Klaus Peter continua viva na memória dos moradores locais como um líder, um mediador que estabelecia o diálogo entre a tradição local e o

empresariado. As diretrizes por ele estabelecidas se mantiveram sólidas para orientar o desenvolvimento do local por quase 50 anos.

Atualmente, Praia do Forte apresenta um perfil distante da sua origem – não é mais uma vila de pescadores – contudo não se caracteriza como uma cidade. Tomando emprestado o conceito de simulacro (HARVEY, 2006), como aquele que mais se aproxima da ideia ali evocada, pode-se dizer que Praia do Forte mantém, como “tradição”, a imagem da vila de pescadores, enquanto local de natureza aprazível e modo de vida relaxado, ao passo que contem no seu seio, os confortos e benesses da vida moderna, que o sujeito urbano não quer abandonar.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E Custódio dos Santos. **Mata de São João**: um registro de memória. Salvador: Gráfica Santa Marta, 2012. 300 p.

CALMON, P. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros. 3 ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

ENNE, A L; DUTRA, M. Relações entre cultura e territorialidades. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, Ano XI, 2016. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/entre-conter-e-resistir-relacoes-entre-cultura-e-territorialidades/>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

FARIA, G A. **Natureza, apropriação e resistência**: contradições na dinâmica de ocupação territorial litorânea de Mata de São João – Bahia. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, da Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HOLANDA, G. **A Casa da Torre de Garcia D'Ávila** - Fotografias Adenor Gondim. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Livros e Livros, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mata-de-sao-joao/panorama>>. Acesso em: 25 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais do Brasil – 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 25 set. 2019.
MELLO, M M C; SILVA, A M; FARIA, G A. A Vila de Pescadores de Praia do Forte: Entre processos de gentrificação e resistência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL

CONTESTED CITIES - DEL CONFLICTO URBANO A LA CONSTRUCCIÓN DE ALTERNATIVAS - DIÁLOGOS CRÍTICOS, 2016, Madrid, ES. **Anais...**, Madrid, ES, 2016. Disponível em: <<http://contested-cities.net/working-papers/2016/a-vila-de-pescadores-de-praia-do-forte-entre-processos-de-gentrificacao-e-resistencia/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO - Decreto nº 59 de 18 de janeiro de 2013, **Diário Oficial do Município**, Ano VIII, n. 1401, 18 jan. 2013. Disponível em: <http://matadesaojoao.ba.io.org.br/diarioOficial/download/505/1401/0>. Acesso em 25 set. 2019.

SANTOS, T M S. **Turismo e urbanização em espaços litorâneos**: um olhar sobre Praia do Forte – Bahia. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

SANTOS, T M S. **Urbanização turística e a produção do espaço nos centros do lazer**: um estudo sobre Praia do Forte - Bahia. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2006.

SANTOS, M R. **O Jequi iluminado**: Mata de São João –Bahia. JM Gráfica e Editora Ltda, 2011.

SILVA, A M; FARIA, G A; MELLO, M M C. Natureza, Patrimonialização e Cenarização: o caso da Vila de Pescadores da Praia do Forte. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA– SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 4., 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, 2013.

SILVA, A L A; MACHADO, E P; SIQUEIRA, C E. Melhor isso do que nada! Participação e responsabilização na gestão dos riscos do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA). **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2153-2162, dez. de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000600022&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 30 de maio de 2018.

SILVA, A L A; MELLO, M C; MILANEZ, J. A. Dinâmicas Territoriais e Transformações na Praia do Forte. In: APDR CONGRESS - INTELLECTUAL CAPITAL AND REGIONAL DEVELOPMENT: New Landscapes and Challenges for Planning the Space, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR. 24., 2017, Covilhã, PT. **Anais...** Covilhã, PT, 2017.

SOBRINHO, L G. **Em busca do paraíso...**: a (eco)lógica, a gestão do território e o turismo em Praia do Forte - Bahia. 1998. 101f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SOUZA, T M M; BRAGA, T M. Desenvolvimento via turismo: um enfoque sobre mitos e possibilidades a partir dos modelos adotados em Búzios, Guarapari e Mata de São João. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)** - Ano VII, n 12, p. 59-68, jul. / 2005.

SPINOLA, C A. **O turismo como fator de desenvolvimento sócio-econômico: o impacto da atividade turística na Praia do Forte.** 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1996.